



UEPB

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS CAMPINA GRANDE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

JONAS AURELIANO DO CARMO FIGUEIRÔA

**CUSTOS E DESEMPENHO POR ALUNO NO SETOR PÚBLICO: UM
ESTUDO NAS ESCOLAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE ALCANTIL-PB**

**CAMPINA GRANDE - PB
2022**

JONAS AURELIANO DO CARMO FIGUEIRÔA

**CUSTOS E DESEMPENHO POR ALUNO NO SETOR PÚBLICO: UM ESTUDO
NAS ESCOLAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE ALCANTIL-PB**

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) apresentado à Coordenação do Departamento do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Área de concentração: Contabilidade Pública.

Orientador: **Prof. Me. José Luís de Souza**

**CAMPINA GRANDE - PB
2022**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

F475c Figueiroa, Jonas Aureliano do Carmo.
Custos e desempenho por aluno no setor público [manuscrito] : um estudo nas escolas públicas do município de Alcantil -PB / Jonas Aureliano do Carmo Figueiroa. - 2022.
28 p. : il. colorido.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2022.

"Orientação : Prof. Esp. José Luís de Souza ,
Coordenação do Curso de Ciências Contábeis - CCSA."

1. Contabilidade pública. 2. Gastos com educação. 3. Setor público. 4. IDEB. 5. Receita pública. I. Título

21. ed. CDD 657.61

JONAS AURELIANO DO CARMO FIGUEIRÔA

**CUSTOS E DESEMPENHO POR ALUNO NO SETOR PÚBLICO: UM ESTUDO
NAS ESCOLAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE ALCANTIL-PB**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Coordenação do
Departamento do Curso de
Ciências Contábeis da
Universidade Estadual da
Paraíba, como requisito parcial à
obtenção do título de Bacharel em
Ciências Contábeis.

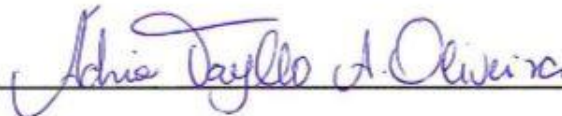
Área de concentração:
Contabilidade Pública.

Aprovada em: 17/11/2022.

BANCA EXAMINADORA



Prof. Me. José Luís de Souza
Orientador
Universidade Estadual da Paraíba – UEPB



Prof.ª Ma. Ádria Tayllo Alves Oliveira
Universidade Estadual da Paraíba – UEPB



Prof. Espec. Cláudio de Oliveira Leôncio Pinheiro
Universidade Estadual da Paraíba - UEPB

A minha mãe Bruna do Carmo, por ter sido a maior incentivadora das minhas conquistas, pela dedicação, ajuda e amor incondicional, DEDICO.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CFC - Conselho Federal de Contabilidade

IDEB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

IDH - Índice de Desenvolvimento Humano

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Pedagógicas Anísio Teixeira

FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação

FUNDEF - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério

LDB - Lei Nacional de Diretrizes e Bases da Educação

LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias

LOA - Lei Orçamentária Anual

MCASP - Manual de Contabilidade do Setor Público

NBC - Normas Brasileiras de Contabilidade

PDE - Plano de Desenvolvimento da Escola

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PNE - Plano Nacional de Educação

PPA - Plano Plurianual

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	07
2	REFERENCIAL TEÓRICO	09
2.1	Contabilidade aplicada ao setor público	10
2.2	Orçamento público.....	11
2.3	Receita Pública.....	11
2.4	Despesas Públicas	12
3	EDUCAÇÃO	13
3.1	FUNDEB.....	13
3.2	Despesas com educação.....	14
3.3	Educação Básica	14
3.4	IDEB	14
4	ASPECTOS METODOLÓGICOS	15
4.1	Tipologia em relação aos procedimentos técnicos.....	15
4.2	Tipologia em relação aos objetivos	15
4.3	Tipologia em relação à abordagem do problema	15
4.4	Procedimentos de coleta e análise dos dados	16
5	O OBJETO E OS DADOS DA PESQUISA.....	16
	CONCLUSÃO	22
	REFERÊNCIAS	23

CUSTOS E DESEMPENHO POR ALUNO NO SETOR PÚBLICO: UM ESTUDO NAS ESCOLAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE ALCANTIL-PB

RESUMO

A contabilidade aplicada ao setor público é uma área que permite o controle sobre o patrimônio público e fornece informações à sociedade sobre como esse controle é exercido. Entre as diversas despesas que são levadas em consideração na contabilidade estão aquelas relacionadas à educação básica, que são obrigatórias para os municípios e estão descritas na Lei Orçamentária. Para medir a qualidade da educação nas escolas públicas, o governo criou o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), que é o principal indicador da qualidade da educação básica no Brasil. Por meio desse índice, é possível criar metas e mensurar os resultados alcançados na educação brasileira. Esta pesquisa, portanto, tem como objetivo mensurar e analisar o custo aluno no município de Alcantil, na Paraíba, demonstrando se há uma possível eficácia como resultado dos investimentos em educação, relacionando os gastos e investimentos com educação e o resultado dos alunos no IDEB do município. Este é um estudo de caso múltiplo, qualitativo, de caráter exploratório, bibliográfico e documental, e em relação aos resultados, verificou-se que os gastos com educação interferem no aproveitamento dos alunos no IDEB.

Palavras-chave: Contabilidade pública, gastos com educação, custo aluno, IDEB.

ABSTRACT

Public accounting is an area that allows control over public assets and provides information to society on how this control is exercised. Among the various expenses that are taken into account in the accounting are those related to basic education, which are mandatory for municipalities and are described in the Budget Law. To measure the quality of education in public schools, the government created the Basic Education Development Index (IDEB), which is the main indicator of the quality of basic education in Brazil. Through this index, it is possible to create goals and measure the results achieved in Brazilian education. This research, therefore, aims to measure and analyze the student cost in the municipality of Alcantil, in Paraíba, demonstrating whether there is a possible effectiveness as a result of investments in education, relating expenses and investments with education and the result of students in the IDEB of the County. This is a multiple, qualitative, exploratory, bibliographic and documentary case study, and in relation to the results, it was found that education expenses interfere with the students' performance at IDEB.

Key words: Public accounting, education spending, student cost, IDEB.

1 INTRODUÇÃO

Compreendemos que a contabilidade pública é uma das subdivisões da contabilidade que se aplica a diferentes tipos de atividades e entidades. A área de competência que abrange é a das pessoas jurídicas de direito público, ou seja: a União, os Estados, o Distrito Federal, os municípios e suas autarquias, bem como suas entidades (PISCITELLI; TIMBÓ, 2019).

A contabilidade aplicada ao setor público trata de órgãos e entidades do setor público, no qual visa promover métodos normativos para que os eventos decorrentes da gestão patrimonial, financeira e orçamentária sejam realizados e registrados corretamente, com o objetivo de evidenciar com clareza e transparência os resultados mais relevantes (BEZERRA FILHO, 2021). Visando atingir resultados positivos, a arrecadação, os gastos e os investimentos no setor público são pensados de acordo com o orçamento, que é uma forma de controle preventivo que mostra o melhor caminho que a administração pública deve tomar, e é através dele que se aprova a elaboração e a cobrança dentro dos limites do próprio orçamento. Para que tudo isso ocorra dentro do que se foi estabelecido, o orçamento deve ser discutido com base na fixação dos meios de controle e coordenação das atividades estabelecidas (LIMA, 2018).

Os gastos públicos são contabilizados nos orçamentos e, segundo o Manual de Contabilidade do Setor Público (MCASP), são considerados um conjunto de gastos a serem pagos pelo setor público para manter os serviços prestados à população (FAZENDA; NACIONAL, 2019). Essas despesas podem, portanto, ser definidas como qualquer saída de recursos do erário público com a finalidade de custear as despesas previstas na lei orçamentária com a finalidade de assegurar atividades sociais de natureza coletiva (ANDRADE, 2016).

Compreendendo que a educação é um dever do Estado e um direito de todo cidadão, esta pesquisa se debruçou sobre esse tema, com ênfase na contabilidade pública pensando os possíveis gastos e investimentos destinados a esse campo. Para melhor compreender essa questão, devemos apontar para as despesas públicas, e dentro desse eixo, a Lei Nacional de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) estabelece que, o gasto público inclui os gastos com educação, que são de responsabilidade da família e do Estado.

Cabe justamente ao Estado a igualdade de acesso e permanência na escola, de forma gratuita para toda a população em estabelecimentos oficiais, entre outros princípios (BRASIL, 1996). Partindo dessa premissa, a educação se fragmenta, sendo a educação infantil ofertada pelos municípios, é neste segmento que está inserido ensino fundamental, que é parte da educação básica. Em relação ao ensino fundamental, o artigo 4º da LDB aponta em seu inciso I, que esse nível é obrigatório e gratuito, mesmo para quem não teve acesso a ele na idade certa. Assim, o financiamento da educação básica no Brasil também é de responsabilidade dos governos e suas respectivas esferas, municipal, estadual e federal.

Portanto, é necessário entender, assim como acompanhar a aplicação desses valores, bem como se são aplicados corretamente, gerando assim resultados exitosos. Para que isso fosse acompanhado e discutido com base no alcance de resultados positivos, criou-se o IDEB no ano de 2007, que é o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, desenvolvido e medido pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Pedagógicas Anísio Teixeira (INEP). Este índice funciona como um indicador nacional que permite monitorar a qualidade da educação por meio de dados concretos, baseado principalmente na média de desempenho dos alunos, um dado

importante que serve como parâmetro para a aplicação de investimentos e melhorias no setor da educação. Para analisar os respectivos dados, o índice que é calculado pelo IDEB é baseado em dois componentes: o nível de desempenho e rendimento escolar, que é a taxa de aprovação, são obtidas a partir do censo escolar realizado anualmente, e o desempenho médio nas provas aplicadas pelo Inep (2021).

O IDEB, criado em 2007, avalia a educação básica em escala nacional. É calculado comparando o indicador de fluxo escolar com as pontuações padronizadas nos exames nacionais de português e matemática. Indicadores como o IDEB, utilizados em outros países que obtiveram bons resultados na melhoria da qualidade da educação, têm sido adotados porque refletem a qualidade das redes educacionais (FERNANDES, 2007).

Ainda que este não seja o propósito desta pesquisa discutir a educação pública com base no IDH, vale destacar que este é um outro importante índice que mede o desempenho educacional. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que é uma referência utilizada para classificar os países de acordo com seu nível de desenvolvimento levando em conta indicadores como renda, educação e saúde, foi criado em 1990 pelos economistas Amartya Sen e Mahbub Ul Haq, e é usado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) em seu relatório anual desde 1993 (PNUD, 2021) na avaliação de diversos países como o Brasil¹.

Ao pensar em educação, tanto como um indicador de desenvolvimento quanto um resultado fruto de gastos públicos, acredita-se que o sistema ideal seria aquele em que todas as crianças e adolescentes tivessem acesso à escola, não perdessem tempo repetindo sem desistir e aprendessem ao final do processo (FERNANDES, 2007). Os municípios, que são os principais responsáveis pela oferta da educação básica (BRASIL, 1988), devem desenvolver redes educacionais de acordo com a demanda dos alunos e se adequar ao que definem como consumo de recursos orçamentários. E para evitar uma distribuição ineficiente dos recursos públicos destinados à educação, foram criados índices que nos dão uma visão geral da eficiência dos valores investidos pelo setor.

Nesse sentido, a escolha deste tema se mostra importante, tendo em vista que os valores investidos na educação têm origem pública e devem, portanto, ser aplicados de forma que possibilite uma aprendizagem concreta para os alunos. Investigar a efetividade desses investimentos torna-se assim uma grande necessidade e este estudo, uma ferramenta de controle do patrimônio público aplicado na educação. Com isto em mente, considera-se que o tema apresentado é de grande importância tanto para fins acadêmicos, científicos e profissionais, e justifica plenamente a sua implementação.

Diante de todas essas informações, o objetivo desta pesquisa é analisar a relação entre os gastos com educação e a possível relação deste gasto como resultado do IDEB no município de Alcantil na Paraíba. Assim, a questão de pesquisa é: **Qual a possível eficácia dos gastos com educação e sua possível relação com o resultado do IDEB no referido município?** São questões que buscaremos discutir e responder ao logo desta pesquisa.

¹ Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU) o Brasil possui o índice de 0,754, ocupando a 87ª posição no ranking de desenvolvimento humano, índice global que mede o bem-estar da população em termos de renda, escolaridade e saúde. O dado foi divulgado em setembro de 2022. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2022-set-09/idh-brasileiro-diminui-pais-cai-posicao-ranking-mundial>

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Dentre os deveres básicos do Estado, garantir as necessidades básicas dos cidadãos é o seu propósito maior de existência, e entre eles está a educação como direito básico do cidadão, que tem na Constituição Federal expressa que a educação é um direito de todos e dever do Estado e da família, e esta deverá ser apoiada e incentivada na cooperação da sociedade com vistas ao pleno desenvolvimento da pessoa, na sua preparação para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988).

Esse apoio e esse incentivo passam necessariamente por gastos de eficiência nas políticas públicas de educação, e para que haja acompanhamento, transparência, controle e fiscalização por parte de diversos órgãos e da própria sociedade sobre os gastos e as despesas públicas, é preciso conhecê-los e, portanto, avaliar a efetividade dos resultados para os quais estes foram empregados.

As discussões sobre gastos públicos, especificamente na área da educação, são cada vez mais necessárias, dada a importância de gastar da forma mais adequada possível, como aponta Mendes (2006, p. 33), que afirma ainda que, “uma melhor gestão do gasto público é importante para que um país possa alcançar taxas mais elevadas de crescimento econômico, reduzir a desigualdade social, criar mais oportunidades de emprego e diminuir os índices de violência”. Assim como Mendes, outros autores e trabalhos que versam sobre pesquisas com objetivos semelhantes com a finalidade de melhor embasar esta reflexão, e para tal devemos apresentar conceitos básicos da contabilidade pública aqui descritos.

Segundo Alves (2017), a contabilidade voltada ao setor público tem como principal objetivo o fornecimento de dados econômicos importantes por meio dos quais os usuários da contabilidade possam fazer avaliações e conduzir seus raciocínios para a tomada de decisões de forma mais coerente.

Em se tratando dos serviços públicos, para Borges (2016), esses serviços são todas as ações que visam satisfazer as necessidades da comunidade. São os atos que são fornecidos pelo Estado, delegado por concessão ou permissão nas condições estabelecidas e determinadas por ele através das leis.

Tomando como base a pesquisa realizada por Eduardo *et al.*, (2017, p. 1), com o objetivo de “descrever e avaliar a relação entre os gastos com educação básica nos municípios paulistas de 2008 a 2017 com o IDEB de 2011, 2013 e 2015”, foi possível demonstrar, que houve um aumento significativo no gasto médio dos alunos nas escolas municipais de ensino fundamental entre os anos de 2008 e 2014, e redução dessas médias entre 2015 e 2017. Os dados mostraram que municípios com menos de 5.000 habitantes tiveram maiores gastos por aluno, e essas despesas se deram com base em três fatores: rede municipal pequena, renda percebida elevada e despesas mínimas obrigatórias de 25% da receita corrente do ano.

Já em uma outra pesquisa, esta desenvolvida por Oliveira e Lemes (2016, p. 368) com o objetivo de “analisar e discutir a ocorrência de relação entre os gastos por aluno-ano das séries iniciais do ensino fundamental com o desenvolvimento da qualidade da educação municipal representado pelo indicador de qualidade IDEB como evidência de compromisso e responsabilização com a qualidade da educação”, pode-se basear nos resultados do estudo para dizer que as políticas educacionais locais de alguns municípios não estão de acordo com o PNE e o PDE para o desenvolvimento das ações contidas no Plano de Ações Articuladas.

No projeto de pesquisa de Finger (2019), que visa “Identificar a existência de relação entre gastos com educação, desempenho escolar e IDH nos municípios do

Vale do Cai em 2017”, verificou-se que o valor investido é uma variável que não têm efeito direto no desempenho do IDEB, dos alunos do ensino fundamental nos municípios de Vale do Cai em 2017. Além disso, verificou-se que o IDH interfere parcialmente no desempenho educacional dos alunos da região estudada no mesmo ano.

Já uma terceira pesquisa, esta desenvolvida por Alves *et al.*, (2020, p. 2), que visa “avaliar se o aumento dos gastos públicos com educação em alguns municípios do brejo paraibano melhora seus índices de educação básica”, foi percebido que com o aumento da recursos investidos em educação nos anos de 2011, 2013 e 2015, no período analisado, houve um decréscimo nas notas dos últimos anos dos municípios. Notou-se também que o gasto com educação nos períodos analisados foi um valor significativo para os municípios de pequeno porte. Além disso, verificou-se que as pontuações obtidas em 2013 tiveram metade dos municípios pesquisados educação pública são suficientes, e se são somente eles os responsáveis por um aumento com pontuação abaixo da meta, e em 2015 as notas ficaram abaixo das metas pré-estabelecidas, embora este ano tenha sido o período que se observou ser o mais alto valor aplicado à educação.

Pensando essas possibilidades, podemos pensar de se fato os valores investidos na ou uma diminuição dos indicadores em educação, especificamente do IDEB. Será que os gastos públicos aumentando, o município de Alcantil, na Paraíba, teria um aumento do indicador da educação básica? São questões que por hora podem ser problematizadas, e que possivelmente só poderão ser respondidas após um acompanhamento desses indicadores a médio e longo prazos.

2.1 Contabilidade aplicada ao setor público

A contabilidade do setor público é considerada um dos ramos mais complexos da ciência contábil, e a sua finalidade é captar, registrar, acumular, resumir e interpretar eventos relacionados à situação orçamentária, financeira e patrimonial dos entes públicos (União, estados, distrito federal e municípios) por meio das regras estabelecidas no sistema de contabilidade pública (KOHAMA, 2016). Assim, a contabilidade pública deve decidir sobre princípios contábeis, entidade, continuidade, oportunidade, registro no valor original, elegibilidade e prudência. Os princípios e padrões contábeis devem ser aplicados no setor público da mesma forma que são usados nas empresas privadas, o que significa que eles devem ser incluídos na implementação das normas contábeis utilizadas no setor público (ALVES, 2017).

A utilização de recursos públicos, ainda que de procedência diversa, deve ocorrer de acordo com um cronograma específico e pode passar por verificações e controles formais obrigatórios de sistemas internos e externos, e devem ainda seguir à padronização durante o processo de contabilização. Na esfera pública, como discutido nesse contexto, as atividades governamentais estão sempre sujeitas a regras e procedimentos específicos (PISCITELLI; TIMBÓ, 2019).

As normas no Brasil têm suas regras definidas na Lei nº 4.320 de 1964 e nas Resoluções do CFC, e além dessa lei, outro marco importante para a implantação do novo padrão de conceito contábil voltado ao setor público foi a edição pelo CFC das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor público - NBC TSP 16.2. Toda essa arregimentação torna a contabilidade pública mais transparente, sendo uma importante ferramenta de planejamento, controle e prestação de contas da gestão governamental, garantindo assim o equilíbrio das finanças públicas, utilizando o

orçamento público como a ferramenta mais importante para atingir esse objetivo (ARAUJO; ARRUADA, 2020).

2.2 Orçamento público

O orçamento é uma forma de controle preventivo que mostra o caminho que a administração pública deve seguir e dá a autorização necessária para arrecadar e gastar recursos dentro dos limites previamente estabelecidos no próprio orçamento. Uma das vantagens do orçamento é o estabelecimento de uma meta definida: o estabelecimento de formas de controle e coordenação das atividades. O orçamento também pode ser definido como o planejamento feito pela administração para cumprir em determinado período os planos e programas de trabalho criados por meio dos planos de receitas a serem obtidos, cujo objetivo principal é a continuidade e a melhoria dos serviços prestados à sociedade (LIMA, 2018).

No que se refere à esfera orçamentária, a Constituição de 1988, em seu artigo 165, define quais leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecem o Plano Plurianual (PPA), as Diretrizes Orçamentárias e os Orçamentos Anuais, desse modo define as ferramentas de planejamento do setor público, que incluem o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA), como apontam Araújo e Arruada (2020).

Nesse contexto, o Plano Plurianual é uma lei que se aplica aos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e é de suma responsabilidade a sua elaboração sempre no primeiro ano do mandato do executivo e terá validade de quatro anos (SLOMSKI, 2013).

A Constituição Federal estabelece ainda em seu artigo 165 que a lei que institui o PPA estabelece, de forma regionalizada, as diretrizes, metas e objetivos da administração pública federal para os investimentos e despesas de capital e outras deles decorrentes para programas de duração contínua (BORGES, 2016).

A LDO foi introduzida pela Constituição Federal de 1988, quando se tornou o elo entre o Plano Plurianual (PPA) e a Lei Orçamentária Anual (LOA), e ela inclui metas e prioridades administrativas no nível público federal e despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientando assim a elaboração da Lei Orçamentária Anual (SLOMSKI, 2013). De acordo com a Constituição Federal, a LDO incluirá as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo os investimentos para o exercício seguinte, assessorando na criação da LOA, determinando mudanças na legislação tributária e orientando a aplicação da política dos órgãos e agências oficiais de fomento (LIMA, 2018).

A LOA é o próprio orçamento e tem esse nome porque é definida pela constituição federal, e com essa lei, os governos Municipal, Distrital, Estadual e Federal esclarecem o que pretendem fazer com os impostos pagos pela população (LIMA, 2018). Segundo Borges (2016), a LOA é um mecanismo que controla os gastos do governo atual. Em termos de contabilidade, a LOA permite que os gestores identifiquem como o governo vê seu programa, como ele será avaliado e quais resultados devem ser alcançados diante do montante de recursos orçamentários previamente determinados.

2.3 Receita Pública

Em termos orçamentais, define-se a receita pública como qualquer tipo de recolhimento aos cofres públicos sob a forma de dinheiro ou outro bem que represente

o valor que o governo tem o direito de arrecadar com base em leis, contratos, acordos, convênios e quaisquer outros títulos em que o valor lhes pertence. É um conjunto de ingressos financeiros, oriundos de receitas orçamentárias ou próprias e extra orçamentárias ou de terceiros, que se somarão ao patrimônio da instituição, da União, dos Estados, Municípios ou do Distrito Federal, suas autarquias e fundações (ANDRADE, 2016).

A receita orçamentária estabelece todo o fluxo de recursos em determinado período que são depositados nos cofres públicos e que se destinam à viabilização de programas governamentais, como descrito por Lima e Diniz (2016), e esses recursos pertencem à entidade pública e podem ser representados por duas categorias econômicas, que são:

As receitas correntes, que são recursos próprios que foram arrecadados durante o exercício e estão à disposição do governo. Este tipo de rendimento é representado por impostos, contribuições, rendimentos da utilização de bens do Estado, ou seja, fruto da exploração do próprio patrimônio, rendimentos da atividade econômica e recursos financeiros de outras pessoas públicas ou privadas, se se destinarem a cobrir despesas que se classifiquem como despesas correntes. (LIMA; DINIZ, 2016). Para Andrade (2016), receita de capital é aquela que se destina a cobrir despesas de capital como investimento para fins legais e que resulta em extensão patrimonial do fato da permuta, ou seja, não cria acréscimo ao capital público. Essas receitas são, portanto, divididas em operações de crédito, alienação de ativos, amortização de empréstimos, transferências de capital e outras receitas de capital.

Já as receitas extra orçamentárias são itens que não dependem de autorização legislativa, não constam do orçamento público e se caracterizam como pagamentos efetuados acompanhados de obrigações e compromissos de curto prazo (ANDRADE, 2016). Para (SLOMSKI, 2013), esta categoria de receita caracteriza-se como créditos lançados no passivo circulante, ou seja, aqueles créditos de valores relativos a obrigações com terceiros.

2.4 Despesas Públicas

De modo geral compreendemos despesas públicas como os gastos autorizados pelo governo nas inúmeras atividades e programas que integram o Orçamento Público, e nelas estão incluídos os gastos com pessoal, saúde, transporte, educação, segurança, dentre outros. Já tecnicamente, segundo Kohama (2016) as despesas, ou os gastos públicos, são aqueles que incluem todos os gastos que estão fixados em uma lei orçamentária ou outros tipos de leis que visam implementar serviços públicos e aumentar o patrimônio próprio. Bem como o pagamento da dívida pública, ou a restituição ou embolso de valores recebidos a título de cauções, depósitos, consignações, etc.

Nesse sentido, despesas orçamentárias são os gastos que surgem durante a execução do orçamento público em curso (BORGES, 2016). É aquele em que a implementação depende de autorização legislativa, e não é possível implementá-lo sem um crédito orçamentário correspondente, ou seja, que integre o orçamento, de forma discriminada e fixada no orçamento de uma unidade orçamentária. Uma unidade orçamentária é considerada um conjunto de serviços subordinados a uma mesma autoridade, aos quais serão destinados e alocados recursos próprios (KOHAMA, 2016).

Dentro das despesas públicas, as consideradas despesas correntes são todos os custos que não contribuem diretamente para a criação ou aquisição de um ativo

de capital. Pode-se afirmar que as despesas correntes são compostas por gastos de natureza operacional, que são gastos pelo poder público na manutenção e operação de suas entidades (KOHAMA, 2016). Para além das despesas correntes temos também as despesas extraorçamentárias, que são aquelas que não estão contempladas na atual lei do orçamento anual ou nas leis especiais que tratam desse orçamento. Em alguns casos, por suas características, essas despesas não precisam passar pelo filtro do Poder Legislativo na LOA do exercício em curso para que sejam implementadas (BORGES, 2016).

3 EDUCAÇÃO

Todos sabemos a importância da Educação, e que esta vai além da transmissão de conhecimentos no senso comum, no sentido de aquisição da educação formal, sendo necessário o aprimoramento dos conhecimentos técnicos e teóricos das disciplinas curriculares, contribuindo para a formação cidadã dos estudantes e promovendo a transformação do meio social para o bem comum, que além de um direito de todo cidadão, é um dever do Estado.

A Constituição Federal de 1988 em seu artigo 6º considera a educação como um direito social, e em seu artigo 30, inciso VI, está descrito que os municípios são responsáveis por "manter, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, os programas de educação infantil e educação básica" (BRASIL, 1996). É de competência dos municípios com a contribuição técnica e financeira da União e dos Estados a manutenção dos seus programas de educação infantil e de ensino fundamental, e ainda conforme a referida constituição, a "União destinará anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, Distrito Federal e Municípios, pelo menos, vinte e cinco por cento da receita proveniente de impostos, inclusive de transferências, na manutenção e desenvolvimento da educação".

3.1 FUNDEB

Criado em dezembro de 1996, intitulado de Fundo de Desenvolvimento da Educação Infantil, o Fundef foi implantado de forma experimental no estado do Pará e funcionou em todo o país de 1º de janeiro de 1998 e até 31 de dezembro de 2006, ano em que foi substituído pelo FUNDEB.

Segundo dados oficiais do Governo Federal², O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) é um Fundo especial, de natureza contábil e de âmbito estadual (um total de vinte e sete Fundos), composto por recursos provenientes de impostos e das transferências dos Estados, Distrito Federal e Municípios vinculados à educação, conforme disposto nos artigos 212 e 212-A da Constituição Federal.

O FUNDEB foi criado pela Emenda Constitucional nº 53 de 2006, e regulamentado pela lei 11.494, de 20 de julho de 2007 e pelo decreto nº 6.253/2007, com vigência estabelecida para o período 2007-2020, período em que foi revisado e renovado como instrumento permanente de financiamento da educação pública por meio da Emenda Constitucional nº 108, de 27 de agosto de 2020, e encontra-se regulamentado pela Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020, e em seu cálculo fica estabelecido o valor que os municípios recebem para investir na educação básica, sendo este baseado no número de alunos matriculados na pré-escola e no ensino fundamental.

3.2 Despesas com educação

O conceito de gerir ou administrar algo está constantemente associado à ideia de procedimentos burocráticos e complexos onde se tenta envolver um gestor para estar à frente de uma organização. Não são apenas as entidades ou empresas com fins lucrativos que carecem de gestão. Uma escola, um hospital público, um museu ou uma biblioteca não funcionam por si só, eles também precisam de apoio, amparo, investimentos e manutenção. Grande parte desses recursos é oriundo de auxílios e orçamentos já estabelecidos pelo poder público. Saber o que fazer com o dinheiro disponibilizado é de extrema importância, tendo em vista que dele dependem a aquisição de materiais, insumos e custos com pessoal. (LOPES, 2015)

Nesse contexto, os municípios são obrigados a manter e desenvolver o ensino pré-escolar e primário, e sabe-se que os recursos são distribuídos de acordo com o número de alunos matriculados na escola. De acordo com o artigo 22 da Lei 11.494, de 2007, “pelos menos 60% (sessenta por cento) dos recursos anuais totais dos Fundos serão destinados ao pagamento da remuneração dos profissionais do magistério da educação básica para atuação efetiva na rede pública”. Os 40% restantes podem ser utilizados para ações consideradas de manutenção e desenvolvimento do ensino e da educação (BRASIL, 1988).

3.3 Educação básica

De modo simples, a Educação Básica é compreendida como o primeiro momento da formação de crianças e jovens, e é formada pelas seguintes etapas: Educação Infantil, Ensino Fundamental e o Ensino Médio, ou seja, engloba a maior parte da vida escolar dos alunos.

A LDB estipula que o ensino fundamental deve ser obrigatório e gratuito e deve durar nove anos, a partir dos seis anos de idade. Seu principal objetivo é a educação básica do cidadão por meio do desenvolvimento de sua capacidade de aprender, da sua compreensão sobre o meio natural e social, o ambiente no qual está inserido, fortalecendo os laços de solidariedade humana e tolerância na vida social (BRASIL, 1996).

No Brasil a educação básica, em especial o ensino fundamental, são financiados através de fundos públicos, como acima mencionado, e são medidos e avaliados através de indicadores específicos, abordados adiante.

3.4 Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)

Segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP, 2021), o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), criado em 2007, aponta os resultados de duas concepções educacionais em um único indicador: o fluxo escolar e as médias de desempenho nas avaliações, índices esses que variam de zero a dez.

Segundo informado pelo Ministério da Educação (2021): O IDEB funciona como um indicador nacional que permite e possibilita o monitoramento da qualidade da educação pela população por meio de dados concretos, no qual a sociedade tem

² Dados disponíveis em: <https://www.fnde.gov.br/financiamento/fundeb> acessado em 06/11/2022.

a possibilidade de se mobiliar na busca por melhorias.

Para tanto, o IDEB é calculado a partir de dois componentes; o desempenho escolar ou a taxa de rendimento, (aprovação) e as médias de desempenho nos exames aplicados pelo INEP. O IDEB também é um importante condutor de políticas públicas em prol da qualidade da educação, sendo a principal ferramenta para acompanhamento das metas de qualidade para a educação básica, que tem estabelecido como meta pelo Ministério da Educação, que através desse mecanismo de avaliação objetiva alcançar a média 6, que é um valor que corresponde a um sistema educacional de qualidade comparável ao dos países desenvolvidos.

4 ASPECTOS METODOLÓGICOS

Para pensar os aspectos ou Procedimentos Metodológicos temos que avaliar e discutir o modo correspondente ao conjunto de tomada de decisões e ações quanto à escolha das técnicas de pesquisa e do método empregado no desenvolvimento desta pesquisa, o que também pode ser chamado de Percurso Metodológico. E como já mencionado anteriormente, esta pesquisa é um estudo de caso múltiplo, de caráter qualitativo, exploratório, bibliográfico, documental e descritivo, e para melhor compreender esta escolha, é importante apresentarmos o campo, o objeto e suas informações.

4.1 Tipologia em relação aos procedimentos técnicos

Segundo Pereira (2016), pesquisa bibliográfica é aquela em que o desenvolvimento se baseia em material já elaborado, constituído principalmente por livros, artigos científicos, teses de diplomas e dissertações, manuais, normas técnicas, resenhas, contribuições de congressos e outros. Um estudo de caso envolve um estudo profundo e exaustivo de um ou mais objetos de forma a permitir um conhecimento amplo e detalhado dos mesmos. E para esse estudo foi realizada pesquisa documental, tomando outras pesquisas semelhantes como base, além dos dados do referido município de Alcantil, na Paraíba, objeto de análise aqui discutido, objetivando analisar a relação entre gastos com educação, as metas e os resultados de indicadores em educação.

4.2 Tipologia em relação aos objetivos

A pesquisa descritiva visa descrever as características de uma determinada população, fenômeno ou estabelecer relações entre variáveis utilizando técnicas padronizadas de coleta de dados: questionário e observação sistemática (WALLIMAN, 2014). Neste caso, a relação entre gastos com educação, metas e resultados obtidos em avaliações de indicadores do município de Alcantil.

4.3 Tipologia em relação à abordagem do problema

Quanto à forma de abordagem do problema, Sordi (2017) acredita que o método qualitativo aborda a subjetividade dos sujeitos estudados e é operacionalizado de forma mais indutiva com foco na construção de análises e teorias. Assim, neste projeto de pesquisa, o uso do método qualitativo se mostra fundamental, apesar do

uso de números como indicadores base para a análise da relação entre gastos com educação, metas e resultados referentes ao rendimento escolar medido através do IDEB.

4.4 Procedimentos de coleta e análise de dados

Segundo Sordi (2017) o pesquisador pode coletar dados por meio de diversas técnicas: questionário, entrevista, observação, colaboração espontânea com terceiros, além de levar documentos, registros e artefatos. É muito comum ver a utilização de várias dessas técnicas em um mesmo projeto, considerando a coleta de dados de múltiplas fontes e de diferentes perspectivas. Capturar documentos, registros e artefatos presentes na Internet são alguns dos termos utilizados para demonstrar a digitalização da sociedade, que tem disponibilizado um grande conjunto de dados aos pesquisadores.

Este estudo primeiro revisa a literatura sobre a relação entre gastos com educação, metas, resultados e os indicadores em educação no Brasil, como acima descritos, e posteriormente, aponta para o objeto desta análise, os dados coletados e as informações sobre o tema, nas quais os resultados são apontados adiante.

Dessa forma, essa pesquisa visa verificar a correlação existente entre os gastos com educação e o IDEB do município, bem como se o aumento de gastos resultou em um aumento dos índices de avaliação, e seus resultados fornecem respostas ao objetivo geral.

5 O OBJETO E OS DADOS DA PESQUISA

Alcantil é um município brasileiro do Estado da Paraíba, localizado na região do chamado Cariri Velho Paraibano, a 192 km da capital João Pessoa, e a 73 km da cidade de Campina Grande, a segunda maior cidade do Estado da Paraíba. O município se estende por 305.391 km², fazendo divisa com os municípios de Barra de Santana e Taquaritinga do Norte, já no Estado de Pernambuco. De acordo com o último censo demográfico contava com 5.492 habitantes, com densidade demográfica de 18 habitantes por km² no território do município, sendo 39% da população residente na área urbana, e possui IDH de 0,606, considerado médio.

Faz divisa com os municípios de Riacho de Santo Antônio e Barra de Santa na Paraíba, e Taquaritinga do Norte, situada a 17 km ao Norte-Leste, já no Estado de Pernambuco, sendo esta, a maior cidade nos arredores.

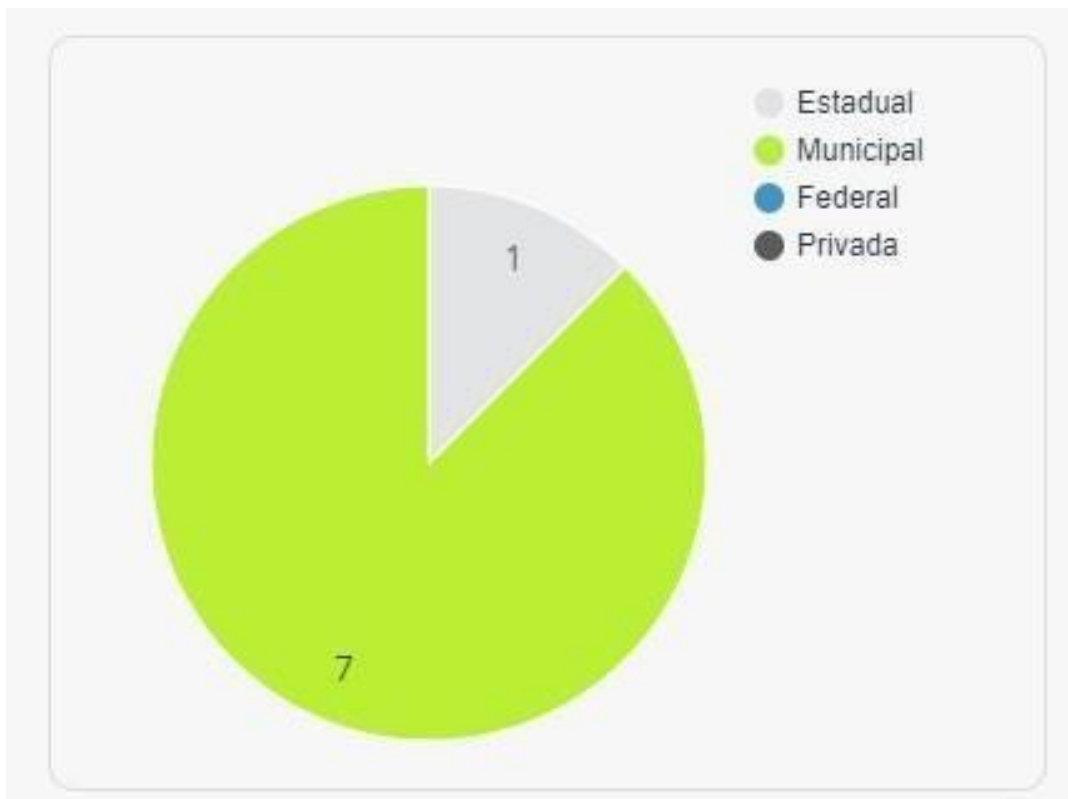
Os dados aqui apresentados nos gráficos a seguir foram coletados através de documentos públicos, de informações disponíveis em sites governamentais e de plataformas de acompanhamento de indicadores da educação.

No campo da educação, podemos mencionar o fato de que principalmente nas regiões Norte e Nordeste, a população negra e parda e os cidadãos e cidadãs de baixa renda familiar foram os que mais sofreram com a chegada da pandemia do novo coronavírus, que nos anos de 2020 e 2021 fez com que o acesso físico às escolas fosse interrompido. Desse modo alguns indicadores regrediram, outros foram interrompidos em suas avaliações que ocorriam anualmente, principalmente os indicadores estaduais de avaliação da educação básica.

O município possui sete escolas de ensino fundamental e apenas uma escola de ensino médio, como mostrado no gráfico abaixo, e nos últimos 5 anos, os anos

disponíveis em uma das plataformas de dados pesquisada³, período entre os anos de 2017 e 2020, o município despendeu uma média de R\$ 5.467,64 por aluno.

Gráfico 1: Número de escolas existentes no município



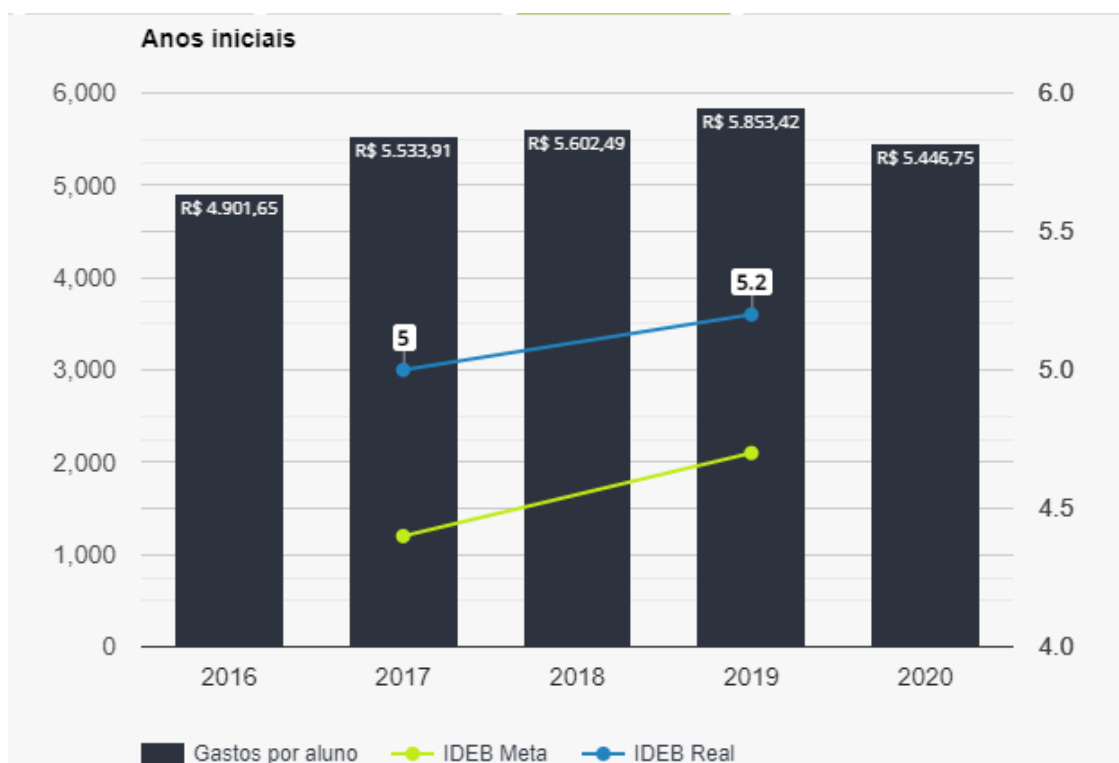
Fonte: Meu Município: eficiência de gastos em educação⁴

Sobre os valores gastos com a educação pública, de acordo com os dados apresentados abaixo e os cinco anos de análise, o ano de maior investimento ou gastos em educação foi o ano de 2019, superando os anos anteriores e apontando para uma redução dos gastos no ano seguinte, que foi 2020. Alguns dados não apresentados nesta pesquisa são reflexo da redução de investimentos na educação básica e da Pandemia de COVID-19 que levou muitos municípios a destinarem sua arrecadação para outras atividades na área da saúde como medidas emergenciais mediante suas necessidades.

³ Dados disponíveis em: <https://meumunicipio.org.br/eficiencia-gastos/2500536-Alcantil-PB?exercicio=2020> acessados em 05/11/2022.

⁴ Dados disponíveis em: <https://meumunicipio.org.br/eficiencia-gastos/2500536-Alcantil-PB?exercicio=2020> acessados em 05/11/2022.

Gráfico 2: Evolução do Ideb x despesas em educação por aluno



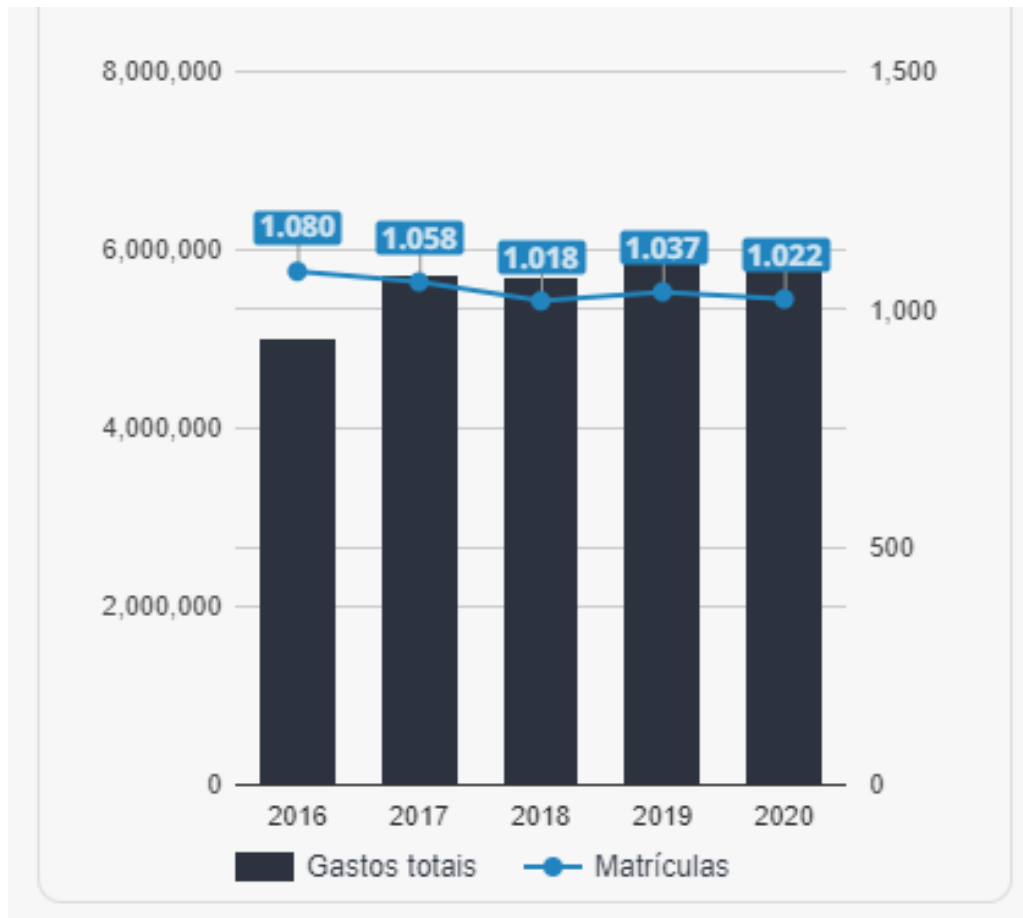
Fonte: Meu Município: eficiência de gastos em educação⁵

Segundo a Agência Senado (2021)⁶, a pandemia no Brasil agravou o rendimento escolar dos alunos da educação básica, aumentando o deficit educacional, o que levou o poder público a buscar medidas emergenciais, e mesmo agindo dentro das possibilidades, como no caso da adoção do ensino remoto, diversos agravantes geraram problemas tanto para os professores quanto para os alunos, levando em consideração a estrutura oferecida pelos Estados, Municípios e pela União no que se refere ao uso de equipamentos e acesso à internet, itens necessários para a continuidade das atividades de modo remoto.

⁵Dados disponíveis em: <https://meumunicipio.org.br/eficiencia-gastos/2500536-Alcantil-PB?exercicio=2020> acessados em 05/11/2022.

⁶ Informações disponíveis em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2021/07/pandemia-acentua-deficit-educacional-e-exige-acoes-do-poder-publico> acessados em 7/11/2022.

Gráfico 3: Evolução do número de matrículas x despesas totais em educação



Fonte: Meu Município: eficiência de gastos em educação

De acordo com o gráfico acima o número de matrículas diminuiu nos três primeiros anos, havendo um aumento no ano de 2019 e novamente uma diminuição no ano de 2020, podendo ser diversos os fatores que influenciaram nessas mudanças.

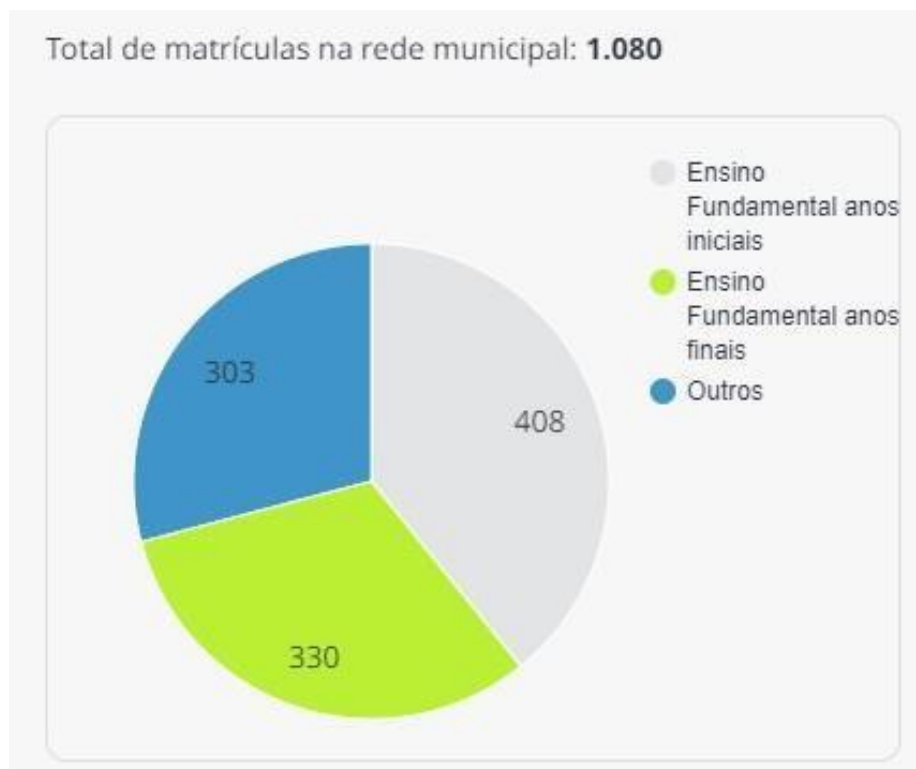
Gráfico 4: Indicadores de desempenho educacional



Fonte: Meu Município: eficiência de gastos em educação

Já os indicadores de desempenho educacional com base no IDEB, como mostra o dado apresentado no gráfico acima, nos anos iniciais a meta foi alcançada, e nos anos finais a média obtida pelo município não alcançou a meta pré-estabelecida que foi 4,6, ficando o município com a média 3,9, bem abaixo do esperado.

Gráfico 5: Número de alunos matriculados na rede municipal no ano de 2020



Fonte: Meu Município: eficiência de gastos em educação

De modo geral, em relação aos dados acima apresentados, referentes aos anos entre 2016 e 2020, podemos destacar os investimentos que foram elevados, seguiram um crescimento considerável nos anos de 2016 e 2017, chegando ao ano de 2019 como maior ano de gastos e valores investidos, havendo um decréscimo no ano de 2020.

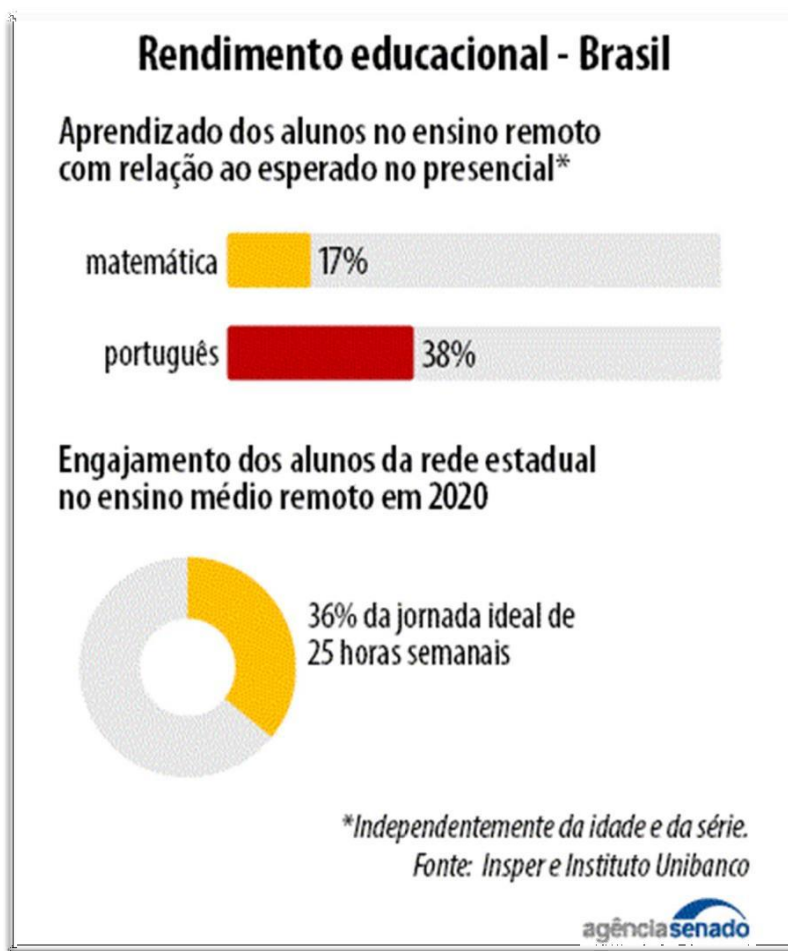
Nos últimos 5 anos, o município despendeu uma média de R\$ 5.467,64 por aluno, e somente no ensino fundamental, somando os anos iniciais e anos finais, foram matriculados de acordo com o último ano de análise, 2020, um total de 738 alunos, e no que se refere ao atingimento da meta estabelecida pelo município para o IDEB nos anos iniciais, a meta estabelecida foi de 4,7, tendo sido alcançado o indicador 5,2, o que resulta num dado positivo.

Já nas séries finais da educação infantil a meta foi de 4,6 tendo o município alcançado o indicador 3,9 que é um resultado bem abaixo do esperado. O atingimento das metas nos anos iniciais pode refletir na qualidade da educação infantil nas séries iniciais, onde existe um trabalho direcionado pelos professores e as equipes gestoras, e à medida que os alunos avançam de série, podem ocorrer mudanças no acompanhamento das atividades e da rotina dos alunos, que passam a necessitar de uma maior autonomia para executarem as atividades tanto na escola quanto em casa, sendo essas questões de caráter mais pedagógico, não cabendo seu aprofundamento aqui.

Podemos destacar que passamos por um período crítico no que se refere ao trabalho da educação, principalmente na educação infantil, onde muitos alunos não possuíam acesso à internet ou computador para executarem suas atividades em casa, bem como um auxílio melhor direcionado na execução das atividades e estudos em casa. Na escola os alunos possuem o apoio direto dos professores, em casa, muitos deles dependem do auxílio de adultos responsáveis para a realização de suas atividades escolares, e alguns deles não possuem pais alfabetizados de modo suficiente para essas ações.

Sem deixar de mencionar a pandemia, que segundo a matéria da Agência Senado, já acima citada, um levantamento do Inep apontou que no Brasil se registrou uma média de 279 dias de suspensão de atividades presenciais durante o ano letivo de 2020 nas escolas de educação básica, o que gerou consequências sérias para a educação. O estudo intitulado “Perda de Aprendizagem na Pandemia”, fruto de uma parceria entre o Insper e o Instituto Unibanco mostrou que no período de ensino remoto durante a pandemia, os estudantes aprenderam, em média, apenas 17% do conteúdo de matemática e 38% do de língua portuguesa, em comparação com o que ocorreria nas aulas presenciais. E são essas disciplinas as fundamentais para as avaliações de desempenho dos alunos da educação básica como o IDEB.

Conforme mostrado no gráfico abaixo o rendimento educacional na educação básica regrediu principalmente nas disciplinas fundamentais para os exames de avaliação de indicadores da educação.



Fonte: Agência Senado, 2021.

Os dados aqui mencionados sobre o período da pandemia não são o objetivo de discussão e análise desta pesquisa, porém apontam para indicadores como a evasão escolar e a diminuição do rendimento por parte dos alunos, o que pode interferir na análise sobre a relação entre gastos em educação e o atingimento das metas em números, principalmente no que se refere aos indicadores de desempenho da educação básica.

CONCLUSÃO

O Brasil no que se refere ao quesito educação continua em constante desenvolvimento, onde os municípios têm a obrigação de manter o desenvolvimento e manutenção da educação, enfrentando dificuldades geográficas, econômicas e sociais, principalmente aqueles situados nas áreas mais distantes dos grandes centros urbanos. Fica assim estabelecido que os gastos com educação são de responsabilidade dos governos municipais de acordo com suas capacidades. O principal objetivo desses gastos ou investimentos é melhorar o nível de ensino em nosso país, e o IDEB, indicador que classifica alunos e escolas de acordo com as notas, objetiva atender a esses avanços.

Este indicador é uma ferramenta utilizada em todo o Brasil, que busca equilibrar o nível de educação do país, apesar das suas diferenças. E com base neste indicador e nos dados coletados e aqui apresentados, o objetivo geral da pesquisa de analisar se há uma possível eficácia, bem como uma relação entre os gastos com educação e o desempenho dos alunos medido através das notas do IDEB no município de Alcântil, foi aqui discutido e mencionado.

Inicialmente, foram coletadas informações sobre o tema, o que levou à funcionalidade da contabilidade pública com seus orçamentos, receitas e despesas previstas, onde os gastos com educação estão incluídos nesses gastos, apontando que a educação é um direito de todos e é assegurada na Constituição Federal, sendo dever dos municípios oferecer e manter esse serviço com qualidade.

Para sua execução o estudo passou por várias fases, partindo inicialmente da busca por trabalhos acadêmicos e pesquisas sobre o tema proposto, sendo realizado um estudo bibliográfico, seguido de uma coleta sobre os dados do PPA do município de Alcântil e dos indicadores em educação referentes aos últimos anos medidos de acordo com as avaliações nacionais, destacando que o IDEB é um indicador nacional, e que desde 2021 vem apresentando dificuldades na apresentação dos dados, pela ausência de avaliação nesse período marcado pela pandemia de COVID-19.

A análise concluiu que o gasto por aluno ao ano pode interferir no desempenho do IDEB, apresentando uma correlação moderadamente positiva para as notas obtidas nas séries/anos iniciais e correlação negativa para as notas das séries/anos finais. Esses dados podem indicar que como mostrado nos gráficos, os gastos em educação foram crescentes nos quatro primeiros anos apontados nos dados aqui apresentados, o que demonstra que o gasto por aluno/ano afeta parcialmente o desempenho dos alunos.

No entanto, concluiu-se também que não apenas os valores gastos em educação podem responder ao problema aqui proposto, que se refere aos resultados dos indicadores do IDEB, podendo ser afetados por outras questões de caráter social, como o nível educacional das famílias dos alunos, o acesso à escola, o acesso à internet e outros meios de comunicação e informação, etc.

Apesar das limitações, esta pesquisa aponta para um estudo específico, e pode servir de base e inspiração para trabalhos futuros, onde acreditamos ser interessante

avaliar outros dados escolares, como a infraestrutura escolar na região, o número de salas de aula, o número de professores, o acesso à internet, a estrutura e outros serviços oferecidos pelas redes municipais de ensino.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA SENADO. **Pandemia acentua deficit educacional e exige ações do poder público.** Ana Lídia Araújo (sob supervisão). Publicado em 16/7/2021.

Fonte: Agência Senado. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2021/07/pandemia-acentua-deficit-educacional-e-exige-aco-es-do-poder-publico> Acesso em 08/11/2022.

ALVES, Aline. **Contabilidade Pública Avançada.** [S. l.: s. n.], 2017.

ALVES, Enaize Medeiros et al. **Gastos públicos e melhoria do índice de educação: um estudo em municípios do brejo paraibano.** Paper Knowledge. Toward a Media History of Documents, [s. l.], v. d, p. 12–26, 2020.

ANDRADE, Nilton de Aquino. **Contabilidade Pública na Gestão Municipal**, 6a edição. [S. l.: s. n.], 2016.

ARAUJO, Inaldo; ARRUADA, Daniel. **Contabilidade pública - 3ED.** [S. l.: s. n.], 2020.

ATLAS. **Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil.** [S. l.], 2021. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/>. Acesso em 05/11/2022.

BEZERRA FILHO, João Eudes. **Contabilidade Aplicada ao Setor Público - Abordagem Objetiva e Didática.** 3a edição, ed. [S. l.: s. n.], 2021. E-book.

BORGES, Thiago Bernardo. **Fundamentos de Contabilidade Pública.** [S. l.: s. n.], 2016. E- book.

BRASIL. **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988.** [S. l.: s. n.], 1988.

BRASIL. **LEI No 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996.** [S. l.: s. n.], 1996.

EDUARDO, Carlos *et al.* **O gasto orçamentário dos municípios paulista na educação fundamental: avaliação do elemento de despesa e o IDEB de 2008 a 2017.** [s. l.], 2017.

EDUCAÇÃO, Ministério da. **Ministério da Educação.** [S. l.], 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br>. Acesso em 05/11/2022.

FAZENDA, MINISTÉRIO DA; NACIONAL, SECRETARIA DO TESOURO. **MANUAL DE CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO.** 8a Edição. [S. l.: s. n.], 2019.

FERNANDES, Reynaldo. **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB).** [S. l.: s. n.], 2007.

FINGER, Eduardo. Relação entre despesas com educação, desempenho escolar e o IDH: um estudo exploratório nos municípios do Vale do Caí em 2017. **Universidade de Caxias do Sul. Área do conhecimento de Ciências Sociais**. Curso de Ciências Contábeis, [s. l.], 2019.

INEP. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira**. [S. l.], 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br>. Acesso em 05/11/2022.

KOHAMA, Heilio. **Contabilidade Pública - Teoria e Prática, 15a edição**. [S. l.:s. n.], 2016.

LIMA, Diana Vaz de. **Orçamento, Contabilidade e Gestão no Setor Público**. [S. l.: s. n.], 2018. E-book.

LIMA, Severino Cesário de; DINIZ, Josediton Alve. **Contabilidade Pública - Análise Financeira Governamental**. [S. l.]: GEN, Grupo, 2016. E-book.

LOPES, Maria de Fátima. **Finanças em Educação**. [S. l.: s. n.], 2015. E-book.

MENDES, Marcos. Despesas dos poderes autônomos: Legislativo, Judiciário e Ministério Público. In: MENDES, Marcos (Org.). **Gasto Público Eficiente: 91 propostas para o Desenvolvimento do Brasil**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2006.

OLIVEIRA, Rejane de; LEMES, Sebastião de Souza. Relação IDEB e gasto aluno-ano: algumas aproximações de correlações e sua pertinência para melhoria dos investimentos em Educação. **Revista on line de Política e Gestão Educacional**, [s. l.], v. 20, n. 3, p. 367–384, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.22633/rpge.v20.n3.9743> Acesso em 05/11/2022.

OLIVEIRA, Francisco Estevam Martins D. **Estatística e Probabilidade - Exercícios Resolvidos e Propostos**. 3a edição. [S. l.: s. n.], 2017.

PEREIRA, Mathias. **Manual de Metodologia da Pesquisa Científica**. [S. l.: s.n.], 2016.

PISCITELLI, Roberto Bocaccio; TIMBÓ, Maria Zulene Farias. **Contabilidade Pública**. [S. l.: s. n.], 2019. E-book.

PNUD. **PNUD Brasil**. [S. l.], 2022. Disponível em: <https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0.html>. Acesso em 05/11/2022.
PNUD. ~~Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento~~. [S. l.], 2021. Disponível em: <https://www.br.undp.org/>. Acesso em 03/11/2022.

SLOMSKI, Valmor. **Manual de contabilidade pública: de acordo com as normas internacionais de contabilidade aplicadas**. [S. l.: s. n.], 2013. E- book.

SORDI, José Osvaldo de. **Desenvolvimento de Projeto de Pesquisa**, 1a edição. [S. l.: s. n.], 2017.

WALLIMAN, Nicholas. **Métodos de Pesquisa**. [S. l.: s. n.], 2014

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, já que sem a Sua permissão, esta conquista não seria possível.

A Nossa Senhora, mãe de Jesus, pela proteção diária, durante todo o período que passei na universidade.

À minha mãe, Bruna do Carmo, por ser a maior incentivadora das minhas conquistas, pela ajuda, compreensão e zelo.

Aos meus avós, pelas orações, incentivos, palavras de conforto, carinho e amor incondicional.

A toda minha família pelo apoio e vibração durante todas as minhas conquistas e que hoje estão transbordando de alegria a me ver fechar mais um ciclo.

Aos colegas de curso, pelo compenheirismo e amizades construídas. Aos colegas de trabalho, pelas palavras de incentivo e pelo carinho.

Ao professor José Luís de Souza pela ajuda na orientação e dedicação durante a elaboração deste trabalho.

Aos professores, Ádria Tayllo Alves Oliveira e Cláudio de Oliveira Leôncio Pinheiro, por aceitar o convite para participar da banca examinadora desse trabalho.

A todos os professores do curso de Ciências Contábeis da UEPB, pelo empenho diário na formação de excelentes Contadores para o mercado de trabalho.

A Prefeitura de Alcantil, em nome do Prefeito Cícero do Carmo, que tem contribuído diariamente para o meu crescimento profissional e por ter permitido viabilizar esta pesquisa.

Agradeço!